

Quadro 1: Convenções (e Protocolos) da OIT ratificadas por Portugal¹		Registo no BIT
Convenção n.º 190, sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, 2019	Resolução da AR n.º 7/2024, de 10.1; Decreto do PR n.º 12/2024, de 10.1.	16 de fevereiro de 2024 ²
Convenção n.º 189, sobre os Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Doméstico, 2011	Resolução da AR n.º 42/2015, de 27.4; Decreto do PR n.º 31/2015, de 27.4.	17 de julho de 2015
Convenção n.º 188, relativa ao trabalho no sector da pesca, 2007	Resolução da AR n.º 224/2019, de 7.11; Decreto do PR n.º 69/2019, de 11.11.	26 de novembro de 2019
Convenção n.º 187, sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, 2006	Resolução da AR n.º 215/2017, de 19.7; Decreto do PR n.º 78/2017, de 24.8.	26 de setembro de 2017
Convenção do Trabalho Marítimo, 2006	Resolução da AR n.º 4/2015, de 12.1; Decreto do PR n.º 7/2015, de 12.1.	12 de maio de 2016
Emendas de 2014	Resolução da AR n.º 35/2023, de 24.4; Decreto do PR n.º 38/2023, de 24.4	13 de junho de 2023
Emendas de 2016	Resolução da AR n.º 83/2023, de 13.7 Decreto do PR n.º 65/2023, de 13.7	18 de outubro de 2023 ³
Emendas de 2018	Resolução da AR n.º 28/2023, de 12.4; Decreto do PR n.º 32/2023, de 12.4.	13 de junho de 2023
Convenção n.º 184, sobre a Segurança e a Saúde na Agricultura, 2001	Resolução da AR n.º 109/2012, de 8.8; Decreto do PR n.º 135/2012, de 8.8	8 de novembro de 2012
Convenção n.º 183, sobre a Proteção da Maternidade, 2000	Resolução da AR n.º 108/2012, de 8.8; Decreto do PR n.º 137/2012, de 8.8	8 de novembro de 2012
Convenção n.º 182, sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999	Resolução da AR n.º 47/2000, de 1.6; Decreto do PR n.º 28/2000, de 1.6	15 de junho de 2000
Convenção n.º 181, sobre as Agências de Emprego Privadas, 1997	Resolução da AR n.º 13/2001, de 13.2; Decreto do PR n.º 13/2001, de 13.2	25 de março de 2002
Convenção n.º 176, sobre Segurança e Saúde nas Minas, 1995	Resolução da AR n.º 65/2001, de 23.10; Decreto do PR n.º 55/2001, de 23.10	25 de março de 2002
Convenção n.º 175, sobre Trabalho a Tempo Parcial, 1994	Resolução da AR n.º 37/2006, de 28.4; Decreto do PR n.º 50/2006, de 28.4	2 de junho de 2006
Convenção n.º 173, sobre a Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Respetivo Empregador, 1992	Resolução da AR n.º 110/2012, de 8.8; Decreto do PR n.º 136/2012, de 8.8	8 de novembro de 2012
Convenção n.º 171, sobre o Trabalho Noturno, 1990	Resolução da AR n.º 56/94, de 9.9; Decreto do PR n.º 69/94, de 9.9	27 de novembro de 1995
Convenção n.º 162, sobre o Amianto, 1986	Resolução da AR n.º 64/98, de 2.12; Decreto do PR n.º 57/98, de 2.12	3 de maio de 1999
Convenção n.º 160, sobre as Estatísticas do Trabalho, 1985	Decreto n.º 22/93, de 26.6	8 de dezembro de 1993
Convenção n.º 159, sobre a Readaptação Profissional e o Emprego dos Deficientes, 1983	Resolução da AR n.º 63/98, de 2.12; Decreto do PR n.º 56/98, de 2.12	3 de maio de 1999
Convenção n.º 158, sobre o Despedimento, 1982	Resolução da AR n.º 55/94, de 27.8; Decreto do PR n.º 68/94, de 27.8	27 de novembro de 1995
Convenção n.º 156, sobre os Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, 1981	Decreto do Governo n.º 66/84, de 11.10	2 de maio de 1985

¹ Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:102815

² Em cumprimento do n.º 3 do artigo 14.º da Convenção, entrará em vigor para a República Portuguesa no dia 16 de fevereiro de 2025

³ Em cumprimento do n.º 8 do artigo XV da Convenção, a presente emenda entrou em vigor para a República Portuguesa no dia 18 de abril de 2024.

Convenção n.º 155, sobre a Segurança e a Saúde dos Trabalhadores, 1981	Decreto do Governo n.º 1/85, de 16.1	28 de maio de 1985
P155 - Protocolo de 2002, relativo à sobre a Segurança e a Saúde dos Trabalhadores, 1981	Decreto do PR n.º 104/2010, de 25.10	12 de novembro de 2010
Convenção n.º 151, relativa às Relações de Trabalho na Função Pública, 1978	Lei n.º 17/80, de 15.7	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 150, sobre a Administração do Trabalho, 1978	Decreto n.º 53/80, de 30.7	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 149, relativa ao Pessoal de Enfermagem, 1977	Decreto n.º 80/81, de 23.6	28 de maio de 1985
Convenção n.º 148, sobre o Ambiente de Trabalho (Poluição do Ar, Ruído e Vibrações), 1977	Decreto n.º 106/80, de 15.10	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 144, sobre as Consultas Tripartidas Relativas às Normas Internacionais do Trabalho, 1976	Decreto n.º 63/80, de 2.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 143, sobre os Trabalhadores Migrantes (disposições complementares), 1975	Lei n.º 52/78, de 25.7	12 de dezembro de 1978
Convenção n.º 142, sobre a Valorização dos Recursos Humanos, 1975	Decreto n.º 62/80, de 2.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 139, sobre o Cancro Profissional, 1974	Resolução da AR n.º 67/98, de 18.12; Decreto do PR n.º 61/98, de 18.12	3 de maio de 1999
Convenção n.º 138, sobre a Idade Mínima, 1973	Resolução da AR n.º 11/98, de 19.3; Decreto do PR n.º 11/98, de 19.3	20 de maio de 1998
Convenção n.º 137, sobre o Trabalho nos Portos, 1973	Decreto n.º 56/80, de 1.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 135, relativa aos Representantes dos Trabalhadores, 1971	Decreto n.º 263/76, de 8.4	31 de maio de 1976
Convenção n.º 132, sobre as Férias Anuais Remuneradas (Revista), 1970	Decreto n.º 52/80, de 29.7	17 de março de 1981
Convenção n.º 131, sobre a Fixação dos Salários Mínimos, 1970	Decreto n.º 77/81, de 19.6	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 129, sobre a Inspeção do Trabalho (Agricultura), 1969	Decreto n.º 91/81, de 17.7	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 127, sobre o Peso Máximo, 1967	Decreto n.º 17/84, de 4.4	2 de outubro de 1985
Convenção n.º 124, sobre o Exame Médico dos Adolescentes (Trabalhos Subterrâneos), 1965	Decreto do Governo n.º 61/84, de 4.10	2 de maio de 1985
Convenção n.º 122, sobre Política de Emprego, 1964	Decreto n.º 54/80, de 31.7	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 120, sobre Higiene (Comércio e Escritórios), 1964	Decreto n.º 81/81, de 29.6	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 117, sobre a Política Social (Objetivos e Normas Base), 1962	Decreto n.º 57/80, de 1.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 115, sobre a Proteção contra as Radiações, 1960	Decreto n.º 26/93, de 18.8	17 de março de 1994
Convenção n.º 111, sobre a Discriminação (Emprego e Profissão), 1958	Decreto-Lei n.º 42520, de 23.9.1959	19 de novembro de 1959

Convenção n.º 108, sobre os Documentos de Identificação dos Marítimos, 1958	Decreto-Lei n.º 47712, de 19.5.1967	3 de agosto de 1967
Convenção n.º 106, sobre o Descanso Semanal (Comércio e Escritórios), 1957	Decreto-Lei n.º 43005, de 3.6.1960	24 de outubro de 1960
Convenção n.º 105, sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957	Decreto-Lei n.º 42381, de 13.7.1959	23 de novembro de 1959
Convenção n.º 102, relativa à Segurança Social (Norma Mínima), 1952	Resolução da AR n.º 31/92, de 3.11; Decreto do PR n.º 25/92, de 3.11	17 de março de 1994
Convenção n.º 100, sobre a Igualdade de Remuneração, 1951	Decreto-Lei n.º 47302, de 4.11.1966	20 de fevereiro de 1967
Convenção n.º 98, sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949	Decreto-Lei n.º 45758, de 12.6.1964	1 de julho de 1964
Convenção n.º 97, sobre os Trabalhadores Migrantes (Revista), 1949	Lei n.º 50/78, de 25.7	12 de dezembro de 1978
Convenção n.º 95, sobre a Proteção do Salário, 1949	Decreto n.º 88/81, de 14.7	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 88, sobre o Serviço de Emprego, 1948	Decreto-Lei n.º 174/72, de 24.5	23 de junho de 1972
Convenção n.º 87, sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, 1948	Lei n.º 45/77, de 7.7	14 de outubro de 1977
Convenção n.º 81, sobre a Inspeção do Trabalho, 1947	Decreto-Lei n.º 44148, de 6.1.1962	12 de fevereiro de 1962
Convenção n.º 78, sobre o Exame Médico dos Adolescentes (Trabalhos não Industriais), 1946	Decreto n.º 111/82, de 7.10	23 de maio de 1983
Convenção n.º 77, sobre o Exame Médico dos Adolescentes (Indústria), 1946	Decreto n.º 115/82, de 15.10	23 de maio de 1983
Convenção n.º 45, dos Trabalhos Subterrâneos (Mulheres), 1935 ⁴ [Inscrita para ab-rogação na CIT2024]	Decreto-Lei n.º 27891, de 26.7.1937; Carta de Confirmação e Ratificação, de 20.11.1937	18 de outubro de 1937
Convenção n.º 29, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930	Decreto-Lei n.º 40646, de 16.6.1956	26 de junho de 1956
P029 - Protocolo 2014, relativo à Convenção sobre o trabalho forçado ou obrigatório, 1930	Resolução da AR n.º 87/2020, de 20/11; Decreto do PR n.º 59/2020, de 20/11	23 de dezembro de 2020
Convenção n.º 27, relativa à Indicação do Peso nos Grandes Volumes Transportados em Barco, 1929	Decreto n.º 20771, de 16.1.1932; Carta de Confirmação e Ratificação, de 24.6.1932	1 de março de 1932
Convenção n.º 26, sobre os Métodos de Fixação de Salários Mínimos, 1928	Decreto-Lei n.º 42521, de 23.9.1959	10 de novembro de 1959
Convenção n.º 19, relativa à Igualdade de Tratamento entre Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Reparação de Acidentes de Trabalho, 1925	Decreto n.º 16588, de 9.3.1929; Carta de Confirmação e Ratificação, de 6.4.1929	27 de março de 1929
Convenção n.º 18, relativa à Reparação de Doenças Profissionais, 1925 [Inscrita para ab-rogação na CIT2033]	Decreto n.º 16587, de 9.3.1929; Carta de Confirmação e Ratificação, de 6.4.1929	27 de março de 1929
Convenção n.º 17, relativa à Reparação dos Desastres no Trabalho, 1925 [Inscrita para ab-rogação na CIT2033]	Decreto n.º 16586, de 9.3.1929; Carta de Confirmação e Ratificação, de 6.4.1929	27 de março de 1929
Convenção n.º 14, relativa ao Descanso Semanal (Indústria), 1921	Decreto n.º 15362, de 14.4.1928 Carta de Confirmação e Ratificação de 8.9.1928	3 de julho de 1928

⁴Assinala-se que Portugal procedeu à sua denúncia, mas o ato não foi registado no BIT dentro do prazo estipulado no artigo 8.º da Convenção [vd. [Resolução da Assembleia da República n.º 140/2019, de 19 de agosto](#) e [Decreto do Presidente da República n.º 48/2019, de 19 de agosto](#). Inscrita para ab-rogação na CIT2024.

Convenção n.º 12, relativa à Reparação de Acidentes de Trabalho (Agricultura), 1921	Decreto-Lei n.º 42874, de 15.3.1960	16 de maio de 1960
Convenção n.º 11, sobre o Direito de Associação (Agricultura), 1921	Lei n.º 41/77, de 18.6	27 de setembro de 1977
Convenção n.º 6, sobre o Trabalho Noturno de Menores (indústria), 1919	Decreto n.º 20992, de 25.11.1931; Carta de Confirmação e Ratificação de 16.9.1932	10 de maio de 1932
Convenção n.º 1, sobre Duração do Trabalho (Indústria), 1919	Decreto n.º 15361, de 3.4.1928; Carta de Confirmação e Ratificação de 8.9.1928	3 de julho de 1929
Quadro 2: Convenções da OIT ratificadas por Portugal Abrogadas/Denunciadas		
Convenção n.º 147, sobre a Marinha Mercante (Normas Mínimas), 1976	Decreto do Governo n.º 65/83, de 25.7.1983	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 146, sobre as Férias Anuais Pagas dos Marítimos, 1976	Decreto n.º 108/82, de 6.10	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 145, sobre a Continuidade de Emprego dos Marítimos, 1976	Decreto n.º 109/82, de 10.6	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017). Abrogada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 109.ª sessão , a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 109, sobre os Salários, a Duração do Trabalho a Bordo e as Lotações (Revista), 1958 Não recebeu o número necessário de ratificações para a sua entrada em vigor.	Decreto n.º 90/80, de 23.9	Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção 180, que a revê. Retirada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 109.ª sessão , a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 107, sobre Populações Aborígenes e Tribais, 1957	Decreto-Lei n.º 43281, de 29.10.1960	Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção n.º 169, que a revê.
Convenção n.º 104, sobre a Abolição das Sanções Penais (Trabalhadores Indígenas), 1955 Assinala-se que Portugal procedeu à sua denúncia ⁵ , mas o ato não foi registado no BIT dentro do prazo estipulado no artigo 8.º da Convenção.	Decreto-Lei n.º 42691, de 30.11.1959	Abrogada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 107.ª sessão , a 28 de maio de 2018.
Convenção n.º 103, sobre Proteção à Maternidade (Revista), 1952 [Inscrita para ab-rogação na CIT2033]	Decreto do Governo n.º 63/84, de 10.10	Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 183
Convenção n.º 96, sobre as Agências de Colocação Não Gratuitas (Revista), 1949 Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção n.º 181 que a revê.	Decreto do Governo n.º 68/84, de 17.10	Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 181 .
Convenção n.º 92, sobre o Alojamento das Tripulações (Revista), 1949	Decreto-Lei n.º 38800, de 25.6.1952	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 91, das Férias Remuneradas dos Trabalhadores Marítimos (Revista), 1949 [**] Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção n.º 146 que a revê.	Decreto-Lei n.º 38793, de 21.6.1952	Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 146 . Abrogada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 109.ª sessão , a 19 de junho de 2021.

⁵ [Resolução da Assembleia da República n.º 84/2009](#) e o [Decreto do Presidente da República n.º 83/2009](#), ambos de 7 de setembro.

<p>Convenção n.º 89, sobre o Trabalho Noturno (Mulheres) (Revista), 1948 Revê parcialmente a Convenção n.º 4.</p>	<p>Decreto-Lei n.º 44862, de 23.1.1963</p>	<p>Denunciada em 27 de fevereiro de 1992.</p>
<p>Convenção n.º 75, sobre o Alojamento das Tripulações, 1946 Não recebeu o número necessário de ratificações para a sua entrada em vigor. Deixou de estar aberta à ratificação após entrada em vigor da Convenção n.º 92, que a revê.</p>	<p>Decreto-Lei n.º 38377, de 7.8.1951.</p>	<p>PT não procedeu ao registo junto do BIT por se ter entretanto optado pela ratificação da Convenção n.º 92. Retirada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 111.ª sessão, a 12 de junho de 2023.</p>
<p>Convenção n.º 74, sobre o Diploma de Aptidão de Marinheiro Qualificado, 1946</p>	<p>Decreto-Lei n.º 38365, de 6.8.1951</p>	<p>Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017). Abrogada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.</p>
<p>Convenção n.º 73, sobre o Exame Médico dos Trabalhadores Marítimos, 1946</p>	<p>Decreto-Lei n.º 38362, de 4.8.1951</p>	<p>Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017). Abrogada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.</p>
<p>Convenção n.º 72, das Férias Remuneradas dos Trabalhadores Marítimos, 1946 [Não recebeu o número necessário de ratificações para a sua entrada em vigor. Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor Convenção 91 que a revê.</p>	<p>Decreto-Lei n.º 38349, de 30.7.1951.</p>	<p>PT não procedeu ao registo junto do BIT por se ter entretanto optado pela ratificação da Convenção n.º 91 Retirada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.</p>
<p>Convenção n.º 69, sobre Diploma de Aptidão dos Cozinheiros de Bordo, 1946</p>	<p>Decreto-Lei n.º 38344, de 21 de julho de 1951</p>	<p>Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).</p>
<p>Convenção n.º 68, sobre Alimentação e Serviço de Mesa (Tripulação de Navios), 1946</p>	<p>Decreto-Lei n.º 38340, de 9 de julho de 1951</p>	<p>Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).</p>
<p>Convenção n.º 63, relativa às Estatísticas dos Salários e das Horas de Trabalho, 1938</p>	<p>Decreto n.º 90/81, de 15 de julho de 1981</p>	<p>Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 160 (8.12.1993). [Inscrita para abrogação na CIT2024]</p>
<p>Convenção n.º 23, sobre o Repatriamento dos Marítimos, 1926</p>	<p>Decreto n.º 113/82, de 13 de outubro de 1982</p>	<p>Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).</p>
<p>Convenção n.º 22, sobre o Contrato de Trabalho dos Marítimos, 1926</p>	<p>Decreto n.º 112/82, de 11 de outubro de 1982</p>	<p>Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).</p>
<p>Convenção n.º 8, sobre a Indemnização por Desemprego (Naufrágio), 1920</p>	<p>Decreto n.º 133/80, de 28.11</p>	<p>Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).</p>
<p>Convenção n.º 7, sobre a Idade mínima de Admissão (Trabalho Marítimo), 1920</p>	<p>Decreto-Lei n.º 43020, de 15.6.1960</p>	<p>Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 138 (20.5.1999) Retirada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.</p>
<p>Convenção n.º 4, sobre o Trabalho Noturno (Mulheres), 1919</p>	<p>Decreto n.º 20988, de 25.11.1931; Carta de Confirmação e Ratificação de 12.9.1932</p>	<p>Abrogada pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 106.ª sessão, a 14 de junho de 2017.</p>